



# O PETROLEIRO

62 anos  
Em defesa do Brasil  
e da Petrobras

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA **NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO!** SINDICALIZE-SE EM NOSSO SITE [SINDIPETROLP.ORG.BR](http://SINDIPETROLP.ORG.BR) OU APLICATIVO SINDIPETROLP EDIÇÃO 137 JUNHO DE 2021

**Gestão 2021 - 2024**

## Diretoria do Sindipetro-LP toma posse e conta com o apoio da categoria para continuar a engrossar as fileiras de luta

Responsável por conduzir as lutas da categoria pelos próximos três anos, a diretoria do Sindipetro Litoral Paulista, que recebeu 14 novos membros, tomou posse no dia 1º de junho, com enormes tarefas. Em primeiro lugar, vamos precisar de uma grande força-tarefa para cobrar da empresa algumas demandas específicas, dentre elas todos os problemas envolvendo as medidas ineficazes e tardias de contenção a propagação do coronavírus nas unidades do Litoral Paulista, o fim do teletrabalho sem planejamento e vacinação, a nova gestão do plano de saúde da categoria que vem acabando com o orçamento dos beneficiários e o rombo na Petros.

Além disso, temos que lidar com a privatização do Sistema Petrobrás, que visa vender ativos e subsidiárias, pautada em uma falência que não existe e a redução drástica de efetivo que vem acontecendo por sucessi-



vos PIDVs cujo único objetivo é facilitar ainda mais a política de desmonte da empresa. Atrrelado a isso, temos a terceirização desenfreada que vem deixando um rastro de calotes e fechamentos de postos de trabalho dos petroleiros concursados.

Mas não podemos reduzir nossa atuação às necessidades do cotidiano. O Brasil vive uma pro-

funda crise e até agora só a classe trabalhadora tem sido atingida. A dose de sacrifício, de aperto de contas, não é para todos os brasileiros. Os ricos continuam sendo privilegiados.

O pacote de maldades orquestrado pela dupla Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, que ataca uma série de direitos da população mais pobre, não impacta em nada o

lucro dos grandes empresários e especuladores. Pelo contrário, no Brasil o número de milionários cresceu 7% e chega a quase 200 mil segundo o World Wealth Report de 2020 realizado pelo instituto de pesquisa Capgemini. O Brasil atingiu a marca do 18º país com o maior número de milionários à frente de países ricos como Suécia e da Áustria. Em contra-

partida, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que cerca de 70% dos brasileiros dispostos a trabalhar mal ganham dois salários mínimos por mês.

É neste cenário que a categoria irá enfrentar uma dura campanha reivindicatória. Neste sentido, a diretoria convoca a base para continuar apoiando a nossa luta, que é de todos, fornecendo documentos para buscarmos nossos direitos juridicamente, que nos municiem com denúncias para que o Departamento de Imprensa produza conteúdo. Além disso, que continuem mobilizados pois a categoria petroleira do Litoral Paulista tem sido exemplo de lutas e conquistas em todo país.

Pedimos que acessem nossa fanpage do Facebook, instagram, e aplicativo para acompanhar o trabalho da nova diretoria. Acompanhe, critique, dê sugestões. O trabalho continua!

**PÁGINA 03**

**MERLUZA É ALVO DE DESCASO E FORÇA DE TRABALHO CORRE RISCO DE MORTE**

**PÁGINA 02**

**ELEIÇÃO PARA CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DA PETROS COMEÇA NO DIA 14 DE JUNHO**

**PÁGINA 05**

**PETROBRÁS RESCINDE CONTRATO COM TERCEIRIZADA: SINDIPETRO-LP COBRA ABSORÇÃO DA MÃO DE OBRA**

**Vote certo!**

# Eleição para conselhos deliberativo e fiscal da Petros começa no dia 14 de junho

A eleição para os conselhos fiscal de Deliberativo da Petros começa no dia 14 de junho, às 9h, e vai até às 17h do dia 28 de junho.

A disputa é por vagas, de titular e suplente, para o Conselho Deliberativo (CD); também de titular e suplente, para o Conselho Fiscal (CF).

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, juntamente com a Federação Nacional dos Petroleiros, apoia a chapa “Petros para os/as Petroleiros/as”. Eles são a chapa da Unidade para continuar a lutar com independência em relação a gestão da empresa e dos governos.

A chapa é composta pelo presidente da Aepet-BA, Marcos André dos Santos, pelo secretário geral da FNP e diretor do Sindipetro-LP, Adaedson Bezerra da Costa, pelo diretor do Sindipetro-RJ, Vinicius Camargo Pereira da Costa e pelo presidente do Sindipetro-SJC, Rafael Prado.

Estão com eles também nesta empreitada, os representantes da FENASPE e suas Filiadas (APAPE, ASTAPE-RJ, ASTAPE-BA, APASPETR

– RN, ASPEN-SE, ASPENE-AL, ASTAIPE-Santos, AAPESP-RS, AEXAP-RJ, ABRASPET-BA), a AEPET e seus Núcleos (AEPET-BA, AEPET-BR, AEPET-RN, AEPET - ES.) e COBAP.

## Quem pode votar?

O pleito é destinado à todos os participantes, ativos e assistidos, que estavam inscritos na Petros até o dia 28 de fevereiro de 2021, desde que estejam em gozo dos seus direitos estatutários. Cada eleitor poderá votar apenas uma vez, independentemente do número de benefícios que receber da Fundação. Tutores e curadores

também têm direito ao voto.

A votação será feita exclusivamente por canais digitais – aplicativo e Portal Petros – e por telefone. Em todos os casos, o voto correto você já sabe: é CHAPA 52 e 41 na Petros.

Vamos fazer uma Petros para seus verdadeiros donos: ativos/as, aposentados/as e pensionistas! Participe você também e não se esqueça. Nessas eleições, vote:

- 52 para o Conselho Deliberativo (Marcos André e Adaedson)

- 41 para o Fiscal (Vinicius e Rafael)

Com informações da Petros

## SAIBA COMO VOTAR

**Pelo aplicativo:** Baixe o Petros App no Google Play ou na App Store. Com matrícula Petros e senha, a mesma utilizada no Portal Petros, entre no aplicativo. Na página inicial, de serviços, clique no banner eleições, que vai direcioná-lo para o ambiente especial de votação. Escolha seus candidatos e confirme seus votos. Importante: para exibir o banner de votação, o aplicativo precisa estar atualizado.

**Pelo site:** Com matrícula e senha em mãos, acesse a Área do Participante. Clique no banner sobre as eleições, que leva a uma página especial de votação. Vote e confirme suas escolhas. [www.petros.com.br](http://www.petros.com.br)

**Por telefone:** Ligue para 0800 721 8508 e forneça a senha específica para votar por telefone, que é individual, exclusiva para as eleições deste ano e dá acesso ao sistema uma única vez. Esta senha será enviada aos participantes por e-mail e SMS. Aqueles que não têm e-mail ou celular cadastrados na Fundação recebem a senha pelos Correios. Na votação por telefone, além da senha, o participante deverá informar o número de seu CPF e os dois últimos dígitos do seu ano de nascimento.

Conheça um pouco mais sobre a chapa através das redes sociais:

- [www.instagram.com/petrosparaospetroleiros/](https://www.instagram.com/petrosparaospetroleiros/)

- [www.facebook.com/petrosparaospetroleiros](https://www.facebook.com/petrosparaospetroleiros)

- [www.twitter.com/Chapa5241](https://www.twitter.com/Chapa5241)

## Chapa Petros para os/as Petroleiros/as contra o Plano Petros 3

O Plano Petros 3 (PP-3) é um plano de modalidade CD, incomparável ao oferecido atualmente aos participantes e assistidos dos PPSP-NR e PPSP-R. Além disso, a pressão por liquidez nos três primeiros anos do PP-3 será muito forte, prejudicando os assistidos que migrarem, que terão seus be-

nefícios duramente afetados.

As chapas, Marcos André e Adaedson Costa (chapa 52) e Vinicius Camargo e Rafael Prado (chapa 41), desde o início estiveram contra a implementação do PP-3, assim como a FNP e a FENASPE, pois sua concretização pode prejudicar os participan-

tes e assistidos que optaram por essa mudança, bem como drenará recursos dos mútuos dos PPSPs.

- Migraram apenas 5,46% dos participantes e assistidos do PPSP-R (2.400 de 43.934) e 0,79% dos participantes e assistidos do PPSP-NR (94 de 11.965). Números

muito baixos, mas que, eventualmente, não impedirão a implementação do PP-3 pela Petros, caso este seja considerado viável técnica e administrativamente.

A Petros informou que está analisando a validade dos pedidos de migração para então iniciar os procedimentos de

análise de viabilidade técnica e administrativa do PP-3. Ou seja, a Petros irá realizar um estudo para saber se o plano fica de pé com o patrimônio de migração e as contribuições administrativas que serão cobradas. A expectativa é que o resultado seja divulgado até meados de junho.

## Plataforma à deriva

# Merluza é alvo de descaso e força de trabalho corre risco de morte

A Petrobrás decidiu que irá hibernar a plataforma de Merluza, localizada em águas rasas da Baía de Santos, após 27 de anos de produção. A conduta da atual gestão da Petrobrás tem primado por orquestrar absurdos como este. A unidade tem uma importante parcela na produção de gás natural na região Sudeste do país. O gás natural é o principal combustível das termoeletricas que são responsáveis por 7,75% da capacidade de geração de energia elétrica no Brasil. Atualmente o país que atravessa uma crise hídrica, intensificada pelo desmatamento da Amazônia, e as termoeletricas irão desempenhar um papel de suma importância na economia do país.

Para piorar o quadro, que já é terrível, a plataforma de Merluza vem sendo alvo do descaso da gestão da Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Baía de Santos (UN-BS). Tudo isso por que a plataforma está em processo de hibernação e a produção já foi parada. A situação é tão delicada que até a segurança da força de trabalho vem sendo negligenciada.

Há cerca de um mês a baleeira 2 da unidade está amarrada pelo meio. O problema da embarcação é que os dois pontos de ancoragem, de proa e de popa, apresentam corrosão avançada e também trincas visíveis no costado de fibra. A embarcação mesmo sendo ancorada pelos cabos de aço e pelo turco pode despencar a qualquer momento caso a estrutura do costado ou do ponto de ancoragem entrem em colapso. Para tentar “minimi-



zar” os riscos, os gestores de Merluza utilizaram uma cinta de ancoragem e amarraram a baleeira no turco. A solução apresentada nada mais é que o “bom e velho jeitinho brasileiro”.

Para se ter uma ideia, da gravidade da situação há alguns meses dois técnicos da empresa fabricante da baleeira se negaram a entrar no barco para realizar inspeção. Os trabalhadores ficaram assustados quando viram o estado dos pontos de ancoragem. Depois disso, os gestores de Merluza decidiram fazer a “gambiarra” com a cinta e interditar a embarcação.

Os trabalhadores da plataforma estavam correndo risco de morte toda vez que entravam na baleeira, seja para treinamentos ou manutenções, mas alguns petroleiros como o mestre de cabotagem e os técnicos de manutenção elétrica, eram obrigados, por força do cargo, a entrar na embarcação diariamente para rotinas

operacionais e de manutenção. Uma tremenda roleta russa e um claro exemplo de descaso com a vida!

A diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, até o momento, não conseguiu apurar se a Marinha Brasileira tem ciência desse absurdo. As baleeiras foram desenhadas e testadas para fornecer um meio seguro e protegido de escape para pessoas a bordo ou em plataformas, mas em Merluza ela faz o contrário e coloca a vida da força de trabalho em risco iminente.

### Os problemas se multiplicam

Como se não bastasse o abandono da baleeira, a unidade caminha para um cenário de extremo perigo. Os cabos de aço que fazem a descida do bote de resgate também estão vencidos e não passaram por nova certificação. Isso significa que o cabo pode estar com sua segurança comprometida expondo assim a

vida de seus tripulantes já que podem romper na descida ou na subida do bote. A mesma embarcação já foi objeto de inúmeras denúncias. O descaso e irresponsabilidade que os gestores da UN-BS lidam com a plataforma fica evidente através de problemas como esses. O bote é muito antigo e obsoleto e já ficou à deriva diversas vezes. Inclusive já foi socorrido por pescadores que o rebocaram de volta até a plataforma.

A plataforma de Merluza está em rota de hibernação e logo será desativada. A produção está paralisada desde o ano passado quando um gerente da unidade deu ordens para burlar os sistemas de segurança de um gerador de baixa potência. O equipamento operou dias a fio até fundir o motor. A unidade ficou literalmente à deriva e sem o mínimo de habitabilidade.

Desde então, esse mesmo gerente atua em total desrespeito às leis ignorando todas as normas de segurança, inclusive os protocolos da própria Petrobrás e da Marinha do Brasil. Em Merluza, o direito de recusa não existe. O gerente rasga diariamente o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria.

A plataforma segue com produção paralisada, mas com o POB nas alturas. Atualmente 45 trabalhadores ficam no local. Um tremendo contrassenso já que a ideia é manter o POB baixo e manter apenas serviços essenciais para conter a propagação da Covid-19 nas unidades offshore.

As práticas de segurança im-

postas pelas leis, ACT e normas de segurança da Petrobrás devem ser seguidas à risca para que os trabalhadores desenvolvam suas tarefas em segurança. Isso não é novidade para ninguém, mas para o gestor da unidade o que vale é a palavra dele. O problema é tão grande que a “rádio peão” ventila que cada plataforma é uma ilha com leis próprias.

O Sindipetro-LP, através da sua Diretoria, vem denunciando sistematicamente a situação da plataforma de Merluza. As situações de assédio, insegurança e negligência foram levadas à ANP e a Marinha sob o intuito de acabar com o estado de abandono pelo qual passam os trabalhadores a bordo da plataforma.

O descaso para com as vidas dos trabalhadores, vulgarmente chamados de colaboradores tem nome e sobrenome, tem responsáveis que ousam colocar em risco a vida dos embarcados. O lucro jamais deve estar acima da vida!

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, através da sua diretoria, exige que a gestão da UN-BS mantenha um nível elevado de segurança na unidade e com os petroleiros. A força de trabalho passou juntamente com os gestores por diversos treinamentos e o mais recente deles tratava sobre Fatores de Risco onde todos aprenderam a resumidamente e incansavelmente o “PPP” – parar, processar e se estiver seguro PROSSEGUIR. A pergunta que fica é que toda esta situação denunciada é SEGURA? É seguro prosseguir? Onde iremos PARAR?

**Participe!**

# Sindipetro-LP inicia campanha de abertura de CAT para petroleiros que tiveram Covid-19

Já são 32 óbitos por covid-19 confirmados oficialmente pela Petrobrás ao Ministério de Minas e Energia e não se tem notícia de abertura de Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) por parte da empresa, por morte ou doença causada pelo novo coronavírus. O levantamento oficial feito pela Petrobrás não inclui trabalhadores terceirizados e mesmo entre os próprios é possível que haja subnotificação.

Diante da omissão da companhia em registrar os casos de trabalhadores adoecidos pelo vírus, o Sindipetro-LP inicia a Campanha de Abertura de CAT por covid-19 nas bases do Litoral Paulista. A campanha é aberta a todos os trabalhadores petroleiros próprios das bases do Litoral Paulista, sócios e não sócios.

A campanha faz parte de uma iniciativa da FNP, que fará o levantamento em toda as suas bases para registrar os casos entre os trabalhadores próprios do Sistema Petrobrás.

Para isso, o trabalhador que pegou o coronavírus em qualquer período, desde o início da pandemia, deve baixar o formulário em que está disponível através do [site sindipetrolp.org.br](http://site.sindipetrolp.org.br), preencher com seus dados, assinar e enviar para o sindicato, juntamente com o(s) resultado(s) do(s) exame(s) que identificou ou diagnosticou a doença, para o e-mail [aberturadecat@sindipetrosantos.com.br](mailto:aberturadecat@sindipetrosantos.com.br).

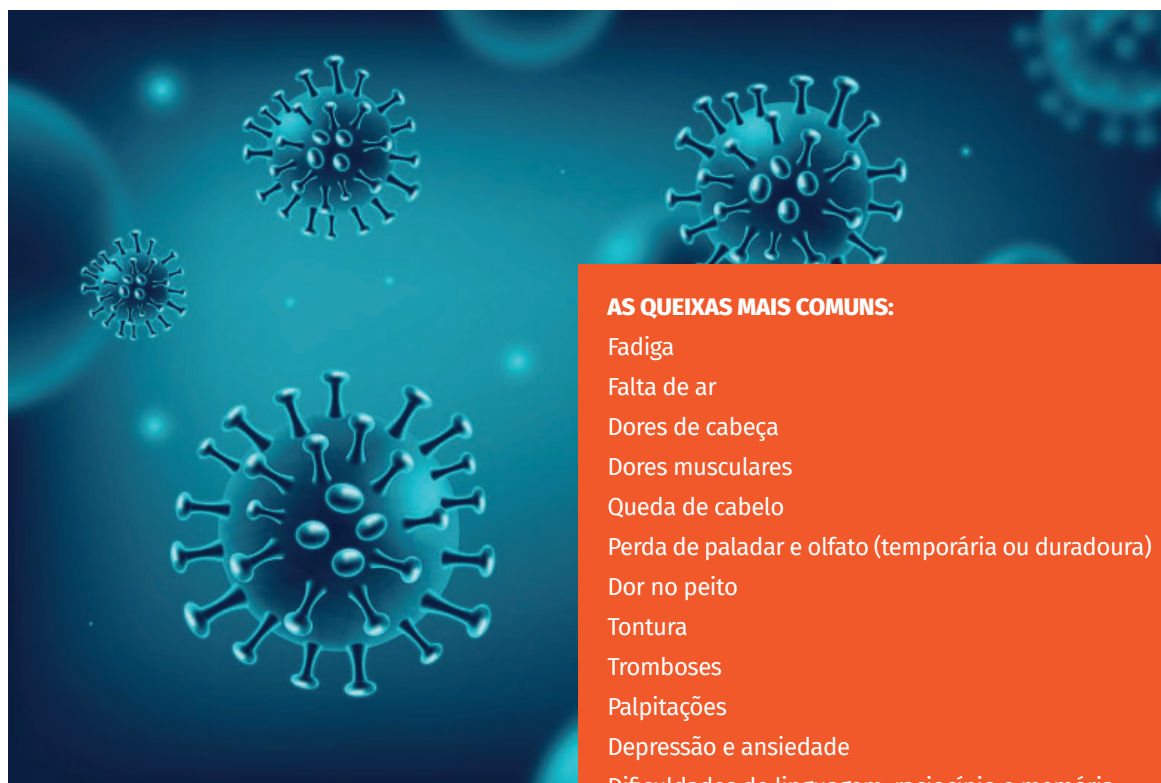
De posse desses documentos e informações, o Departamento de Saúde do sindicato, por meio

de nosso médico do trabalho, irá analisar se a contaminação teve relação com o trabalho e se constatada a relação, abrirá a CAT.

Desde o início da pandemia, o Sindipetro-LP cobra abertura de CAT pela Petrobrás, que nega reconhecer o nexo da atividade essencial do petroleiro. Apesar de todos os apelos do sindicato, contrariando as recomendações dos órgãos internacionais de Saúde, a empresa manteve as atividades sem baixar produção, aumentando jornada de trabalho e tempo de permanência nas unidades e, apesar da diminuição do efetivo, realizou atividades não essenciais, expondo inclusive trabalhadores terceirizados com paradas de manutenção e realização de serviços que poderiam ter sido adiados.

Mesmo após afastar os trabalhadores dos grupos de risco da área, reduzindo com isso o efetivo nas unidades operacionais e plataformas, a Petrobrás manteve o ritmo de trabalho.

Para os que continuaram nos trabalhos presenciais, os riscos foram potencializados pelo aumento de jornada de trabalho para além de 12 horas e no caso dos embarcados em plataformas, com escalas de mais de 21 dias à disposição da empresa. As medidas da empresa se mostraram ineficientes no combate ao novo coronavírus, que, aliado a outros fatores, como exposição dos petroleiros nos trajetos de ida e volta ao trabalho em ônibus, vans, aviões e helicópteros, geraram contaminação em massa



## AS QUEIXAS MAIS COMUNS:

- Fadiga
- Falta de ar
- Dores de cabeça
- Dores musculares
- Queda de cabelo
- Perda de paladar e olfato (temporária ou duradoura)
- Dor no peito
- Tontura
- Tromboses
- Palpitações
- Depressão e ansiedade
- Dificuldades de linguagem, raciocínio e memória

em refinarias, terminais e plataformas.

Nas bases do LP, o sindicato tem conhecimento de pelo menos cinco óbitos, todos de trabalhadores da RPBC, mortos pelo vírus, sendo que em nenhum dos casos a empresa concluiu se tratar de contaminação relacionada a atividade de trabalho. Até o momento o sindicato não teve conhecimento de nenhum óbito nos terminais e plataformas de abrangência do Sindipetro-LP.

A abertura de CAT pelo sindicato atende a Resolução nº 2.183, de 21 de junho de 2018, do Conselho Federal de Medicina, que fala sobre caracterização de nexo pelo médico assistente, no caso, o médico trabalho do sindicato; pela portaria conjunta do Ministério da Economia e Ministério da Saúde nº 20/2020 de 2020; e Nota Técnica SEI nº 14127/2021, do Mi-

nistério da Economia.

## Por que abrir CAT é importante?

Um estudo da Fiocruz apontou que apenas entre os empregados próprios da Petrobrás foram registrados 5.895 trabalhadores com covid-19 ou 12,7% dos 46.416 funcionários, até 29/03/2021. Sendo assim, a incidência de casos de Covid-19 na estatal foi de 12.700 casos por 100 mil pessoas, o que corresponde a mais de duas vezes a taxa registrada no país (5.983,3 casos por 100 mil pessoas).

Com números tão expressivos, é urgente que a empresa inicie medidas imediatamente para conter a disseminação do coronavírus e isso começa por abrir os comunicados de acidente do trabalho por covid-19. Chamada de síndrome pós-Covid, estudos

apontam que até 80% dos recuperados sentem ao menos um sintoma até quatro meses depois do fim da infecção. Pesquisadores americanos relatam 50 queixas, das mais variadas, relatadas por pessoas que se recuperaram da covid.

No geral, a recomendação que as pessoas que tiveram covid, principalmente os mais velhos, precisam ter em mente é: não é normal não estar bem. Desconfortos acentuados devem ser acompanhados por um médico.

Além dos problemas de saúde que podem ocorrer após a recuperação ao covid-19 há ainda complicações legais que precisam ser garantidas com a abertura de CAT. Aos servidores públicos e aos trabalhadores do setor privado são garantidos direitos de diferentes ordens, e por isso de-

vem ter suas doenças registradas como relacionadas ao trabalho nos órgãos previdenciários, por meio dos instrumentos definidos em cada caso. Aos contribuintes do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), são garantidos um ano de estabilidade no emprego, nos casos que foram necessários afastamento por mais de 15 dias, e recolhimento do fundo de garantia durante o período de afastamento. Há também a possibilidade do trabalhador infectado que ficar com sequelas conseguir benefício do INSS por auxílio acidente.

A abertura de CAT é um direito do trabalhador e registrar o acidente de trabalho ajuda a todos no reconhecimento da doença como ocupacional, para os trabalhadores da área da Saúde, e relacionada ao trabalho para os petroleiros que desenvolvem atividades operacionais e de manutenção.

Com o número cada vez maior de infectados (atualmente mais de 15 milhões no Brasil, sendo que 13 milhões foram recuperados), sem vacina para todos e com um governo que ao invés de criar medidas contra o vírus, estimula o contágio e tratamentos sem eficácia, a abertura de CAT se torna um importante registro que pode auxiliar na construção de políticas públicas e ações mais rígidas contra o vírus que já matou mais de 420 mil brasileiros.

#### Outras iniciativas que os petroleiros podem contribuir

Além dessa contribuição, os petroleiros do Litoral Paulista podem ainda participar das pesquisas realizadas pela Unesp, USP e Fiocruz, com o apoio do Sindipetro-LP e Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), que visam aju-

dar no combate ao coronavírus no trabalho.

Para participar, basta acessar os links que seguem:

#### Pesquisa da Unesp/USP

O projeto de pesquisa intitulado “Covid-19 como doença relacionada ao trabalho” é feito pela Unesp-Botucatu, FSP-USP e ASAS. A iniciativa tem como objetivos gerais dar visibilidade às atividades de trabalho como fontes de infecção e adoecimento pelo SARS-CoV-2 e obter informações que ofereçam subsídios para os sindicatos planejarem ações que possam auxiliar na prevenção da doença e minimizar suas consequências clínicas e sociais.

Participe acessando o link: <https://www.congressointernacionaldotrabalho.com/question%C3%A1rio>

Em caso de dúvida basta enviar um email para: [dossieccovid@gmail.com](mailto:dossieccovid@gmail.com).

#### Pesquisa da Fiocruz

O objetivo da pesquisa encabeçada pela Fiocruz e a Escola Nacional de Saúde Pública é obter respostas para a melhoria da condição de saúde e de vida no trabalho.

Inicialmente, o questionário destina-se a todos os trabalhadores que estejam atuando de forma presencial ou remota no enfrentamento da pandemia da Covid-19, em especial os petroleiros, trabalhadores de frigoríficos e saneamento.

Para responder ao questionário, basta acessar o link: <https://redcap.ensp.fiocruz.br/surveys/?s=XMTY7LLPCC>

Qualquer dúvida/dificuldade para preencher o formulário entre em contato com a Rede pelo e-mail: [redcovidbrasil@gmail.com](mailto:redcovidbrasil@gmail.com).

## Contrato remanescente

# Petrobrás rescinde contrato com terceirizada: Sindipetro-LP cobra absorção da mão de obra

O que era previsto acabou acontecendo mais uma vez no Sistema Petrobrás. A AllControl, empresa que desde que entrou na refinaria, em 2019, causa problemas na RPBC, teve seu contrato de trabalho rescindido pela atual gerência da Petrobrás. A empresa é reincidente em atrasar os salários de seus empregados, sendo que já ficou até trinta dias sem realizar os pagamentos dos trabalhadores. Da última vez, em meados de maio deste ano, após mais um atraso, os terceirizados realiza-

ram greve.

Vale lembrar que em janeiro do ano passado 50 petroleiros e petroleiras pediram demissão em massa da Allcontrol, indignados com a redução de salários em 50%, precarização de benefícios e atrasos dos salários, preferindo perderem os empregos do que se sujeitarem ao descaso de terem seus direitos reduzidos.

Com esta ruptura já são contabilizadas mais de quatro empresas, neste primeiro semestre do ano, que apresentam problemas e causam danos aos trabalhado-

res da Baixada Santista. A Bengel, Mérito e G&E deixaram um rastro de calotes por falta de responsabilidade do Setor de Suprimentos e Serviços (SBS) da Petrobrás, que é responsável pelas licitações e contratações, da atual gestão do Sistema Petrobrás.

O Sindipetro-LP está dando apoio aos trabalhadores demitidos da Allcontrol e fará a pressão necessária para que esses companheiros sejam absorvidos no contrato remanescente e com salários da tabela unificada! Seguiremos em luta!

## Embarcados

# Após liminar, Petrobrás paga HE para escala de 21 dias: jurídico analisa holerites enviados

Os trabalhadores das plataformas que cumpriram escala de 21 dias foram beneficiados pela liminar conquistada pelo jurídico do Sindipetro-LP e da FNP, para pagamento no dia 25 de maio das horas extras de quem trabalhou nessa escala imposta pela empresa. Segundo a empresa, algumas horas extras foram pagas e o restante transformados em banco de

horas, conforme estabelece o Acordo Coletivo (ACT) da Categoria.

Conforme havíamos publicado, o sindicato solicitou aos trabalhadores que enviassem cópias de seus contracheques referente ao dia 25 de maio, para que o jurídico pudesse constatar o cumprimento ou não da liminar. Agora, com essas informações, o sindicato terá até o

dia 21 de junho para se manifestar quanto aos documentos enviados e apresentar as considerações finais. Passado esse período, o Ministério Público do Trabalho (MPT) terá 15 dias para se manifestar e após, o processo será julgado pelo juiz, que deverá decidir se os dias serão pagos integralmente.

Manteremos a categoria informada. Estamos em luta!

A FNP encabeça o Observatório Social da Petrobrás. O OSP é uma organização da sociedade civil que surge para monitorar, fiscalizar e divulgar os impactos sociais e econômicos que a implementação do Plano de Desinvestimento tem gerado na população brasileira. Irá produzir e sistematizar estudos e dados relevantes sobre o papel social da Petrobrás. Arelada a isso, a FNP lançou também campanha “Petrobrás para os brasileiros” que visa conscientizar a população sobre a importância da empresa.

Siga as páginas do @observatoriopetrobras no Twitter, Instagram e Facebook. Curta, comente e compartilhe sempre que possível.

Instagram: <https://www.instagram.com/observatoriopetrobras/>

Facebook: <https://www.facebook.com/observatoriopetrobras>

Petrobrás para os  
**BRASILEIROS**



19 de junho

# Todos juntos pelo Fora Bolsonaro

No próximo dia 19 de junho está programado mais um Dia Nacional de Luta pelo Fora Bolsonaro e Mourão. Petroleiros e petroleiras das bases da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) irão para as ruas transformar luto em luta e ajudar a abrir caminho para derrotar Bolsonaro e a extrema direita. O desafio agora é fazer do novo dia nacional pelo Fora Bolsonaro ainda maior que o 29M, que colocou nas ruas mais de 420 mil pessoas nas ruas.

É importante que todos entendam que a permanência de Bolsonaro no poder é o maior risco que existe à vida dos brasileiros. Por outro lado, abreviar a duração desse governo, significará mais vacina no braço, comida na mesa e emprego na carteira. O presidente é mais perigoso que o vírus!

O Brasil de Bolsonaro já se aproxima da triste marca de 500 mil mortes em mais de 15,6 milhões infectados; 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020; 14,4 milhões ou 14,4%, da população economicamente ativa está desempregada.

Por isso, não se pode esperar as



eleições de outubro de 2022 para tirá-lo do poder. A população unida deve apostar na força das ruas, na luta do povo trabalhador e da juventude para avançar na luta contra o governo da morte, construindo protestos ainda mais potentes.

O Sindipetro-LP fará parte desta iniciativa como fez nas manifestações do dia 29 de maio que aconteceu em Santos e Litoral Norte.

O ato acontece no dia 19 de junho, às 16h, na Estação Cidadania, em Santos, localizada à Av. Ana Costa, 340, e será encabeçado pela Frente Sindical Classista.

O evento terá a participação de movimentos sociais, estudantes, sindicatos e pessoas de toda a Baixada Santista. Vamos, juntos, nas ruas e nas redes, avançar na luta pelo Fora Bolsonaro!

AMS

## FNP cobra mais transparência sobre os custos do ano passado

A Petrobrás apresentou a FNP e seus sindicatos o resultado do custeio da AMS no ano de 2020. Segundo as contas da empresa, existe a necessidade de recomposição de R\$ 82 milhões por parte dos empregados. Porém, até agora, a gestão não detalhou os gastos, apesar de já ter trazido à mesa de negociação uma proposta de parcelamento, que foi prontamente rejeitada.

Em seu site, a Petrobrás disponibilizou um relatório anual referente ao exercício da AMS no ano de 2019. No relatório fica constatado que os gastos totais com os atendimentos aos beneficiários da AMS caíram de 3,004Bi para 2,662Bi, de 2019 para 2020, representando mais de 11% de queda. Custos menores dos que os incorridos em 2018.

O relatório ainda apresenta como principais realizações no período a aplicação da relação de custeio de 70%x30%, a partir do ano de 2018, e a cobrança de R\$ 118,4 milhões; revisão do modelo de negociação com a rede credenciada, que teria gerado uma economia de R\$ 17 milhões; e a redução em 32% no atendimento da Ouvidoria, além da redução de 40% no número de emissões de NIPs (Notificação de Intermediação Preliminar).

No entanto, o relatório não mostra nenhuma medida tomada para melhorar a qualidade da AMS, revelando apenas o desempenho financeiro da Petrobrás em fevereiro de 2021, que ocasionaram em inviabilidade financeira para milhares de beneficiários. A FNP enviou ofício a empresa e cobrou que ela torne pública a composição destes custos, dando maior transparência a esses gastos que precisam ser segregados, e não impingidos aos trabalhadores.

Vale lembrar que a AMS, em

plena pandemia, não é mais baseada no custeio de 70%x30%. A partir de 2020, foi alterada para 60%x40%. Em 2022 essa relação novamente será alterada para 50%x50%.

Durante o presente período em que a pandemia afeta a vida dos petroleiros e petroleiras, gerando situações de atendimento emergencial, consultas e internações, e também com as sequelas derivadas da COVID-19, a AMS cobra aos seus beneficiários da ativa custos que deveriam de ser de exclusividade da Petrobrás.

Isso acontece quando fica claro que trabalhadores em situação de exercício de suas funções no ambiente de trabalho, como por exemplo, profissionais de plataformas, refinarias e terminais, sofrem com contaminações decorrentes de surtos, configurando assim o acidente de trabalho que é rotineiramente ignorado pela direção da Petrobrás que não emite CAT para cada caso identificado em situação de contaminação laboral.

Não bastasse isso, a hierarquia da Petrobrás empurrou a goela adentro da categoria petroleira a mudança do limite consignável nos holerites de 13% para 30% de descontos em folha, o acarretou uma avalanche de descontos, de custos ditos represados, a partir de fevereiro de 2021, que ocasionaram em inviabilidade financeira para milhares de beneficiários.

A FNP enviou ofício a empresa e cobrou que ela torne pública a composição destes custos, dando maior transparência a esses gastos que precisam ser segregados, e não impingidos aos trabalhadores. Fonte: FNP



SOLIDARIEDADE

## PARTICIPE DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A FRENTE OPERÁRIA SOLIDÁRIA

O Sindipetro-LP encabeça mais uma campanha de arrecadação de cestas básicas. Dessa vez, foi criada a Frente Operária Solidária para beneficiar trabalhadores que perderam os empregos com a pandemia.

AS DOAÇÕES PODEM SER FEITAS DE SEGUNDA A SEXTA. NA SEDE, EM SANTOS, DAS 8H ÀS 18H E NA SUBSEDE, EM SÃO SEBASTIÃO, DAS 8H ÀS 12H

PIX: SINDIPETROSOLIDARIO@GMAIL.COM

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
AGÊNCIA 0345 - OPERAÇÃO 003  
CONTA CORRENTE - 00404284-1




MAIS INFORMAÇÕES  
www.sindipetrolp.org.br

Instagram Facebook Twitter

## Negligência

# Novo presidente da Petrobrás quer acabar com home-office e retomar trabalhos presenciais a partir de julho

Com a posse do novo presidente da Petrobrás, o general da reserva Joaquim Silva e Luna, o trabalho home-office, iniciado como medida para diminuir o avanço do novo coronavírus na empresa, está ameaçado.

Conforme apurado pela diretoria Sindipetro-LP, o comando da empresa no Rio de Janeiro pretende retomar os trabalhos presenciais dos trabalhadores em home-office dos prédios administrativos, dentre os quais os do Edisa Valongo, em Santos, a partir de 1º de julho, começando por pelo menos 20% do pessoal que está em serviço remoto.

Com isso, cerca de 400 pessoas que atendem remotamente a Unidade de Operações da Bacia de Santos (UN-BS), no Edisa Valongo, em Santos, retornariam ao trabalho presencial em 1º de julho.

Na unidade, a medida começaria em junho para preparar o prédio para o retorno das operações presenciais. O Edisa abriga cerca de dois mil trabalhadores, entre próprios e terceirizados, que ao retornarem aumentarão e muito os riscos de contágio.

Para o sindicato, o retorno dos trabalhos presenciais vai na contramão das medidas de contenção da pandemia estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que recomenda o trabalho em home-office para evitar aglomerações.

O retorno presencial preocupa, principalmente com a iminência



de uma terceira onda de contágios de covid-19 começar no Brasil. Uma pesquisa feita pelos cientistas do Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde da Universidade de Washington, estima que o país pode atingir 751 mil mortes pelo novo coronavírus até o dia 27 de agosto. O número pode ser ainda maior, pois a projeção analisa um cenário em que 95% da população brasileira usaria máscaras de proteção facial, o que não é realidade. O estudo leva em conta os baixos índices de isolamento social e a vacinação.

No final do ano passado, com a pressão da sociedade diante dos aumentos sucessivos dos combustíveis pela Petrobrás, o presidente Jair Bolsonaro chegou a criticar o então presidente da companhia, Roberto Castello Branco, que estava há cerca de nove meses trabalhando de sua casa, em home-office.

Ao que tudo indica, os atuais gestores da Petrobrás parecem concordar com a sentença do presidente do Brasil, que considera “idiota” quem continua trabalhando em home-office. Seguindo o negacionismo do governo Bolsonaro, o retorno aconteceria ao mesmo tempo em que os gestores do Edisa Valongo tiram os testes rápidos, inclusive para a área operacional do COI (turno) e turnos da segurança, bombeiros e operação predial.

Além da falta de testes, a empresa, que desde o início da pandemia entregou somente máscaras de péssima qualidade, sequer tem planos de entregar as máscaras adequadas para ambiente fechado (N95 ou PFF2).

**Contratos rebaixados afastam empresas idôneas**

É cada vez mais difícil encontrar

uma empresa que aceite as condições impostas pelos atuais gestores da Petrobrás. Diante de tantos casos de empresas falindo devido a propostas de contratos com valores rebaixados, meta da política de contratação da Petrobrás, quem sofre são os terceirizados, que têm seus salários reduzidos, além de trabalharem com menos pessoas em suas equipes. Isso porque as empresas contratadas tentam reduzir seus custos retirando dos trabalhadores, mas mesmo assim não conseguem atender as demandas e acabam falindo.

Como denunciemos, a segurança no Valongo passou de 13 trabalhadores contratados à três seguranças próprios por turno. São apenas três trabalhadores próprios que se revezam para cobrir os 14 andares do prédio e mais de 15 mil metros quadrados de área.

Até o momento não há previsão para que outra empresa de vigilância assumo o contrato. Isso porque o setor de Suprimentos de Bens e Serviços (SBS) quer uma empresa que aceite tocar o contrato pelo valor rebaixado que estava sendo pago para a empresa Mérito, que abandonou o contrato, deixando seus empregados com salários e benefícios atrasados.

Outros contratos do Edisa Valongo estão apresentando problemas, com risco de novos calotes e demissões.

Mesmo com tantos problemas estruturais para resolver, a gestão do Edisa quer arrumar mais um, convocando a retomada dos trabalhos presenciais. Com o número de cerca de dois mil trabalhadores somente no prédio do Valongo, se o pior acontecer, teremos mais um surto de covid-19 nas bases do LP.

O jurídico do Sindipetro-LP já estuda medidas para impedir a ausência de testagem no Edisa, diante da possibilidade perigosíssima do retorno ao trabalho dos funcionários em home-office que ainda não tomaram a vacina.

Os trabalhadores do Sistema Petrobrás devem se levantar contra mais esse ataque, que coloca em risco suas próprias vidas e de seus familiares.

Se com nossa ação conseguirmos impedir a morte de uma pessoa, todo nosso esforço e luta terá valido a precaução.

## Alemoa

# Gerente tenta impor redução de quadro no píer, mesmo que isso implique em colocar a segurança do terminal em risco

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista vem acompanhando de perto as tentativas da gerência do terminal da Alemoa, em Santos, em reduzir o quadro de operadores na área do píer.

Atualmente, o local conta com três operadores: um na mesa, outro na área industrial para atender dois píeres de navios (um píer de uso exclusivo da Petrobrás e outro compartilhado com companhias de graneis líquidos) e um trabalhador para operação de dois píeres de barcaças.

A alteração de quadro, liderada pelo gerente de operações, consiste em manter apenas dois operadores. Isso significa que um único operador ficará encarregado de atender tanto os píeres de navios, quanto os píeres de barcaça. A atitude parece contrariar a determinação do Gerente Geral que afirmou, em reunião com a diretoria do Sindipetro, que manteria três operadores. Além disso, contraria a Norma 2671 da Petrobrás que especifica um operador dedicado ao carregamento de barcaças. O item 5.4.15 dessa norma estabelece que “o operador do terminal designado para acompanhar a operação deve permanecer no píer durante todo o carregamento”.

O terminal tem um operador a



menos por conta de outro absurdo orquestrado pelo gerente de operações que retirou um posto de trabalho da sala de controle. Se ele conseguir implantar mais essa arbitrariedade serão dois brigadistas a menos na unidade. Um tremendo absurdo já que o Terminal da Alemoa recentemente foi reclassificado pela NR-20 como sendo terminal de Grau 3 em função do alto volume de inflamáveis armazenados. Isso é querer literalmente ver “o circo pegar fogo”!

Essa alteração, que já acontece na maioria dos grupos do terminal, afeta não só a eficiência das operações - gerando demora nas liberações inicial/final das barcaças - como compromete a segurança operacional. Vale destacar que unidade carece de

automação e que vem operando com equipamentos antigos. Além disso, teve seu quadro de manutenção reduzido de maneira significativa.

Para justificar a diminuição do quadro, a Gerência Operacional, juntamente com a Coordenação Técnica Operacional, alterou de forma considerável o procedimento de Rotinas da Unidade (PE-5TP-00353-L), mudando atribuições de operadores, Giaont's e colaboradores do laboratório. Nesse procedimento, válido desde 27 de novembro de 2020, há uma mudança, dentre várias, bastante significativa: a realização de amostragem de navios e barcaças, que antes era realizada pelo operador, fica transferida para o auxiliar de laboratório. As modificações não foram repassadas para

força de trabalho e tampouco para os supervisores. Dessa forma, a operação continua realizando a amostragem, apesar de a maioria dos grupos estar trabalhando com apenas dois operadores no píer. A falta de divulgação dessas significativas mudanças de atribuições deixa a impressão de que própria Gerência Operacional da Alemoa não quer implantar as mudanças que ela mesma alterou no procedimento.

Um outro fato que precisa ser revisto é a nova atribuição de programação do bunker que antes era realizada no horário administrativo e por pessoal específico. Com a chegada de novos operadores, que vieram transferidos de outras funções, através do PCR, a programação de bunker deverá ser realizada no turno o que acaba sobrecarrear

gando ainda mais a operação.

Todo esse imbróglio, orquestrado pela gerência da unidade, nos leva a crer que tem por objetivo metas puramente pessoais. O gestor deve estar em “busca do famoso pote de ouro da meritocracia” imposta pela atual gestão bolsonarista do Sistema Petrobrás e deixada como herança por Cláudio da Costa. O lucro acima da vida virou lema do alto escalão da empresa e da gestão das unidades, como é o caso da Alemoa. Para esse pessoal não existem procedimentos e nem zelo pela segurança das instalações e das comunidades circunvizinhas das unidades do Sistema Petrobrás. Todos sabemos que a brigada de incêndio é uma determinação normativa prevista em lei e é composta pelos operadores do Terminal, mas atualmente está sob a rédea do aspirante a gerente do Terminal de Alemoa. O Sindipetro-LP, através da sua diretoria, não quer um acidente ampliado como o que ocorreu na Ultracargo por conta de anseios pessoais gerenciais. Não iremos permitir que essa história se repita!

As vidas da força de trabalho, o meio ambiente e a reputação da Transpetro estão acima de tais interesses. Não vamos tolerar a redução de posto de trabalho!



**Baixe o aplicativo Sindipetro LP e fique por dentro do que acontece no Sindicato! Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE e instale já!**



Android



iOS